

Administração Pública: Uma análise do ato epistemológico nas publicações do tema 09 de APB da EnANPAD

Public Administration: An analysis of the epistemological act in the publications of theme 09 of APB at EnANPAD

Gustavo Henrique Petean¹
Amanda Nascimento de Souza²

Resumo: A Administração Pública está em constante evolução, não podendo ser exaurida ou mesmo reduzida, passando por mudanças a depender do contexto que está inserida. A partir da análise da história da Administração Pública no Brasil, bem como sua evolução e principais conceitos e teorias até então formulados, verificaremos a aplicação epistemológica e metodológica deste campo nas produções científicas, com enfoque nos trabalhos apresentados nos Encontros da ANPAD – EnANPAD – dos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022, especificamente na divisão acadêmica de Administração Pública, até então enquadrada como Tema 9 – Ontologias, Epistemologias, Teorias e Metodologias. O estudo foi realizado em três etapas e analisou 27 artigos da área temática citada anteriormente. A partir do levantamento de um panorama deste campo científico, verificamos forte presença da característica

¹ Doutor em Administração – UFMS. Prof. Curso de Administração - Universidade Federal de Goiás – UFG, Campus Goiás, Goiás – GO, Brasil. Docente Permanente Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP - UFG - Faculdade de Ciência e Tecnologia - Aparecida de Goiânia – GO, Brasil. E-mail: gustah@ufg.br

² Mestranda em Administração Pública – PROFIAP – UFG – Faculdade de Ciência e Tecnologia – Aparecida de Goiânia – GO, Brasil. E-mail: amanda_a6@hotmail.com

interdisciplinar da Administração Pública nos artigos analisados e a incipiência das produções voltadas para a discussão de base teórico-metodológica da Administração Pública. Embora seja uma ciência dinâmica, não passível de esgotamento, restou demonstrada a necessidade pujante de fortalecimento do campo enquanto uma ciência autônoma, com conceitos e objeto próprios.

Palavras- chave: ontologia, epistemologia, metodologia, administração pública, paradigma.

Abstract: Public Administration is constantly evolving, and cannot be depleted or even reduced, undergoing changes depending on the context in which it is inserted. From the analysis of the history of Public Administration in Brazil, as well as its evolution and main concepts and theories formulated so far, the epistemological and methodological application of this field in scientific productions will be verified, focusing on the papers presented in the Meetings of ANPAD – EnANPAD – from the years 2019, 2020, 2021 and 2022, specifically in the academic division of Public Administration, until then classified as Theme 9 – Ontologies, Epistemologies, Theories and Methodologies. The study was conducted in three stages and analyzed 27 articles from the aforementioned thematic area. Through the survey of an overview of this scientific field, a strong presence of the interdisciplinary characteristic of Public Administration was observed in the analyzed articles, along with the incipience of productions focused on the theoretical-methodological discussion of Public Administration. Although it is a dynamic science, not liable to exhaustion, it has been demonstrated that there is a vigorous need to strengthen the field as an autonomous science, with its own concepts and objects.

Key-words: ontology, epistemology, methodology, public administration, paradigm.

Resumen: La Administración Pública está en constante evolución y no puede ser agotada o reducida, ya que experimenta cambios según el contexto en el que se encuentra. A partir del análisis de la historia de la Administración Pública en Brasil, así como su evolución y los principales conceptos y teorías formuladas hasta ahora, se examinará la aplicación epistemológica y metodológica de este campo en las producciones científicas, centrándose en los trabajos presentados en los Encuentros de ANPAD - EnANPAD - de los años 2019, 2020, 2021 y

2022, especificamente en la división académica de Administración Pública, hasta ahora clasificada como Tema 9 - Ontologías, Epistemologías, Teorías y Metodologías. El estudio se realizó en tres etapas y analizó 27 artículos de la temática mencionada anteriormente. A partir de una panorámica de este campo científico, se observó una fuerte presencia de la característica interdisciplinaria de la Administración Pública en los artículos analizados, así como la incipiente producción centrada en la discusión teórico-metodológica de la Administración Pública. Aunque es una ciencia dinámica que no puede agotarse, se evidencia la necesidad apremiante de fortalecer este campo como una ciencia autónoma, con conceptos y objeto propios.

Palabras clave: ontología, epistemología, metodología, administración pública, paradigma.

Introdução

O desenvolvimento e consolidação de uma ontologia e epistemologia da Administração Pública (AP) é uma tarefa árdua, que envolve escolhas metodológicas e esforços para formular conceitos e princípios, bem como delimitar o objeto de estudo dessa ciência, o que vem sendo tentado fazer pelos teóricos e filósofos da área desde as primeiras discussões sobre a formação dos Estados e as relações sociais que o circundam. Entretanto, as mudanças temporais, contextuais e culturais ampliam o debate, bem como a multidisciplinariedade característica do campo de estudo – Administração Pública.

Este artigo apropria-se das palavras de Faria (2022, p. 59) ao afirmar que “a teoria deve ser a representação metodologicamente elaborada da realidade” e “a relação entre teoria e epistemologia é que a teoria é a forma de representação da realidade epistemologicamente produzida”. Diante destas afirmações, esclarecemos que a proposta de análise deste artigo se dá sobre o Ato Epistemológico – conceito da epistemologia “enquanto estudo sobre como o conhecimento é produzido” (Faria, 2022, p. 62). O autor explicita ainda que Ato Epistemológico pode ser conceituado como (p. 63):

Relação reflexiva do sujeito com a matéria e pode ser

relativo a um conhecimento simples, útil, técnico, complexo (lógico-formal), científico ou filosófico. Em outras palavras, o Ato Epistemológico ainda que este conhecimento possa ser simples, imediato, descritivo ou mesmo em um nível acentuadamente tosco (sem ter sido “lapidado”). Todo Ato Epistemológico é um processo complexo e dialético.

Neste contexto teórico, propomos uma análise, ainda que preliminar e superficial, do Ato Epistemológico da Administração Pública. Temos por objetivo apresentar um panorama da área a partir dos trabalhos apresentados nos Encontros da ANPAD – EnANPAD – dos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022, especificamente na divisão acadêmica de Administração Pública “Ontologias, Epistemologias, Teorias e Metodologias em Administração Pública”, até então definida como Tema 09. Ressaltamos que a partir da edição do EnANPAD 2022, na área de APB, esta temática foi realocada, passando a ser o Tema 17.

O até então Tema 09 do EnANPAD da área de Administração Pública ganhou essa nomenclatura a partir da edição de 2019, sendo que até as edições anteriores era classificado como “Teorias e Metodologias em Administração Pública”. Curiosamente, os 4 anos analisados representa um baixo índice de publicações nessa temática, contando com apenas 3 publicações em 2019, 5 publicações em 2020 e, contudo, apenas nos anos de 2021 e 2022 houve um aumento significativo, com 10 e 9 publicações, respectivamente. Assim, serão analisadas 27 produções das mencionadas edições, as quais foram lidas na íntegra, sendo analisadas as construções teóricas e contribuições no âmbito da gestão e do serviço público, bem como os vieses pelos quais os autores então pesquisando e produzindo sobre Administração Pública.

Adiantamos que a análise das 27 publicações das últimas 4 edições do EnANPAD, identificou que a produção em Administração Pública concentra-se na exposição do Ato Epistemológico pela aplicação da Administração Pública a casos concretos, envolvendo o serviço e/ou a gestão pública, bem como sua relação com outras ciências, como veremos a seguir.

O artigo está estruturado em quatro seções, além desta Introdução.

Na segunda seção apresentaremos a metodologia utilizada para a presente produção teórica, bem como o recorte dos trabalhos analisados. Na seção três a fundamentação teórica da pesquisa, com breve análise conceitual e panorama da Administração Pública. Na quarta seção a apresentação dos resultados. Por fim, as considerações finais e sugestão de novas pesquisas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo contribui para a construção de um panorama da produção teórica em Administração Pública, a partir das publicações nos Encontros da ANPAD – EnANPAD – dos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022, na divisão acadêmica de Administração Pública, Tema 09 – Ontologias, Epistemologias, Teorias e Metodologias em Administração Pública, corroborado por outras discussões teóricas já produzidas quanto à temática.

Este estudo foi realizado em três etapas. Primeiramente desenvolvemos uma revisão bibliométrica e sistemática de literatura a partir das publicações no Encontro da ANPAD – EnANPAD, acessadas pelo site da ANPAD (http://anpad.com.br/pt_br/index), com filtro na temática de Administração Pública, Tema 09, anos 2019, 2020, 2021 e 2022 (Tema 17). Em segundo, realizamos uma análise de conteúdo dos trabalhos selecionados, com leitura integral dos artigos e verificação dos eixos orientadores das produções em Administração Pública. Ao final, integrando os 27 artigos analisados a outras obras que também se debruçaram sobre a construção epistemológica e metodológica da Teoria da Administração Pública no Brasil, verificar a existência de um paradigma vigente.

Conforme exposto, a análise das publicações do EnANPAD se deu a partir das seguintes produções:

Quadro 1: Publicações do Tema 09/17 do EnANPAD – anos 2019, 2020, 2021 e 2022

TÍTULO	AUTORES	ANO
O Que Apontam os Estudos Sobre Ciclos Políticos-Orçamentários? Revisão Sistemática a Partir da Literatura Internacional.	Leandro Marcondes Carneiro e Mayla Cristina Costa – UFPR	2019
A Teoria das Instituições e da Mudança Institucional de Douglass North: Cultura, Estado e Trajetória Dependente	Eduardo José Monteiro da Costa – UFPA	2019
Influência da Corrupção Percebida na Legitimidade das Ações Públicas	Haroldo de Sá Medeiros e Sérgio Henrique Arruda Cavalcante Forte	2019
Perspectivas de Desenvolvimento em um País Latino Americano: uma Análise da Complexidade Econômica e o Estado Empreendedor pela Perspectiva Estruturalista.	Nuno Alvares Felizardo Júnior e Rodrigo Gava – UFV	2020
O Desenvolvimento do Campo de Administração Pública: Análise Paradigmática dos Estudos no Brasil	André Luís Faria Duarte e Deborah Moraes Zouain – UNIGRANRIO	2020
Dilemas Morais Como Tensão Existencial Ética: uma Análise da Gestão Pública de Riscos e Desastres à Luz da Abordagem da Racionalidade nas Organizações	Laís Silveira Santos e Mauricio Custódio Serafim – UDESC	2020
Modelagem Quali-Quanti para Compreensão e Dimensionamento da Corrupção Sistêmica, por Meio de Análise Relacional do Campo de Poder	Leice Maria Garcia e Patrick Maurice Maury – PUC MINAS	2020
Panorama do Campo da Administração Política no Brasil	Adrielle Victoria Soares Alves, Erika Giulia Fragas Santana e Camilla Rusciolelli Barbosa – UFBA	2020
Políticas Públicas, Discursos e Vozes: Contribuições do Interpretativismo e da Abordagem da Ação Pública	Pedro Vianna Godinho Peria	2021
As Epistemologias do Sul e Administração Pública: Opressões e Exclusões Abissais na Formação de Administradores Públicos	Ana Victoria de Paula Santos Guimarães, Leonardo Pedroso Dourado, Cecilia Helena Santiago Florencio e Marina Dias de Faria – UNIRIO	2021

Ubuntu no Serviço Público?	Tomás Heródoto Fuel – FGV	2021
Capacidades Estatais para Administração Política: Proposta Analítica Fundamentada na Ontologia Materialista	Elcemir Paço Cunha	2021
Cultura Organizacional e Semiótica: uma Análise de Signos do Decreto nº 9203/2017 na PRF	Ellen Rodrigues Dandrea e Jeferson Tadeu de Souza – UNB	2021
Inserção de Economistas no Campo de Públicas no Brasil: Trajetória Acadêmica, Ensino e Pesquisa	Aginaldo Valentin, André Gal Mountian e João Guilherme Rocha Machado – USP e FGV	2021
Contribuições da Filosofia para o Estudo da Administração Pública: uma Abordagem à Luz do Fazer Filosófico	Sandro Trescastro Bergue – UFPEL	2021
Governança Pública e Códigos de Ética: O Que Pode Dizer a Filosofia?	Sandro Trescastro Bergue – UFPEL	2021
Potenciais e Limites da Análise de Discurso Crítica em Administração Pública: Rompendo com a Afirmação do Óbvio	Jorge Leal da Silva – FGV	2021
Interface Entre Análise e Avaliação de Políticas Públicas: Um Caminho Entre a Quarta Geração de Avaliação e a Filosofia da Ciência	Beatriz Cipriano Portella – FGV	2021
Articulando Perspectivas Teóricas e Metodológicas Aplicáveis à Resiliência Financeira Governamental	André Pereira Batista – UFRJ Cláudia Ferreira da Cruz – UFRJ Pierre Ohayon – UFRJ Odilanei Morais dos Santos – UFRJ	2022
Quando o Superego Financeiro Alavanca o ID Municipal Tributário-Orçamentário: Investigação Bibliométrica do Programa de Modernização Tributária (PMAT) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	Marcos Takao Ozaki Robson Freire José Orcélio do Nascimento – Centro Universitário FECAP Antônio Nunes Pereira – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2022
Decolonizar as Políticas Públicas Através de uma Virada Argumentativa Outra: Lições a Partir de um Mandato Indígena no Legislativo Brasileiro	Teresa Harari Alves de Araújo – FGV Pedro Vianna Godinho Peria – FGV Marlei Pozzebon – FGV	2022
Formação da Agenda de Políticas Públicas:	Rodrigo Uszacki Carvalho de	2022

uma Síntese Metodológica das Publicações em Bases Nacionais e Internacionais	Freitas Luís Carlos Zucatto – UFMS Kalinca Léia Becker – UFMS	
O Pragmatismo e a Teoria Institucional nos Estudos de Inovação do Setor Público no Contexto do Poder Judiciário	Tamilly Veríssimo – UDESC Micheline Gaia Hoffmann – UDESC	2022
A Corrupção Pelas Lentes da Prática: o Mensalão Como Organizing	Nívea Marcela Marques Nascimento de Macêdo – UFPB Erica Dayane Chaves Cavalcante – UFRN Elton Oliveira de Moura – UFPB	2022
O Uso da Fenomenologia nos Estudos do Campo da Administração Pública	Bruna Hamerski – UDESC Daniel Moraes Pinheiro – UDESC Laís Silveira Santos – UDESC	2022
Discourse Studies Applied to Policy Analysis: a Systematic Review	Jorge Leal Hanai – FGV Adolfo Garcé García y Santos	2022
Processos de (Des)Institucionalização de Identidades na Sociedade Civil: o "Desaparecimento das Ongs" no Brasil	Bruna de Morais Holanda – FGV Mario Aquino Alves – FGV Lucas Busani Xavier – FGV	2022

Fonte: elaboração própria (2023)

Embora com uma nomenclatura diferente anterior ao ano de 2019, já haviam publicações do então Tema 09 voltadas para as “Teorias e Metodologias em Administração Pública”, entretanto, devido à limitação temporal para a presente produção, optamos por delimitar a análise às últimas 4 edições do evento, com o total de 27 publicações, como mencionado alhures.

Após coleta, seleção e análise dos trabalhos apresentados, verificamos uma variação nas publicações, seguindo diferentes perspectivas de abordagem da Administração Pública, contando com poucas produções voltadas para a discussão teórico-metodológica. Assim, buscamos contribuir para a construção de conceitos, princípios e objeto da Administração Pública, consciente da impossibilidade de exaurir essa ciência e considerando a sua interdisciplinaridade.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Breve histórico da Administração Pública

Embora a acepção de administração esteja presente desde as primeiras formações de Estados, somente no século XVIII, no contexto da Revolução Industrial, passou a tomar a forma de um campo científico. Essa mudança pode ser explicada como resultado das transformações ocorridas nas relações de produção e trabalho que afetaram a vida em sociedade. Como dito por Cunha (2019, p. 156) “o movimento do pensamento administrativo propriamente dito responde ao problema da produtividade do trabalho nas diferentes fases de desenvolvimento do capitalismo”.

Neste processo de segmentação da ciência administração, no contexto de gestão dos Estados, surge uma delimitação do campo da Administração, chamado de Administração Pública. Esse recorte da administração passou a ter papel fundamental nas sociedades, enquanto representação das coletividades, destacando pela sua atuação especialmente quanto à economia. Assim, já no século XX, vemos a Administração Pública intervir no desenvolvimento econômico pautado pelo respeito aos direitos humanos, individuais e sociais, para além da mera gestão pública.

Assim, o século XX conferiu à Administração Pública, em toda a parte do mundo, uma nova feição. Prova disso é que o próprio significado da expressão - Administração Pública - foi se alterando no decurso do último século, com a modificação de seu sentido material ou objetivo, na medida em que muitas atividades se somaram ao quadro do que se usa chamar função administrativa do Estado (Perez, 2004).

Voltando para a trajetória da Administração Pública no Brasil, vemos que esta tornou-se relevante a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945). Desse período em diante diversas medidas e reformas foram sendo propostas nos diferentes contextos que o Brasil enfrentava, inclusive o período ditatorial vivido entre os anos de 1964 a 1985 que, quando do seu fim, resultou na elaboração da Constituição de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã.

A atual Carta Magna vigente é fortemente voltada para garantir os

direitos fundamentais a toda a sociedade e resguardar para que o país não vivesse um novo regime de exceção, sendo que, após a sua vigência, também houve outras reformas por parte do Estado, com o objetivo de aprimorar as funções e gestão da Administração Pública no país.

Em síntese, a evolução da Administração Pública Brasileira foi marcada por três grandes momentos, sendo eles: 1º) a criação do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), em 1936; 2º) o Decreto Lei nº 200, de 1967, cujo objetivo foi a descentralização administrativa; 3º) a Constituição da República de 1988 (Paes de Paula, 2005).

É importante observar que a evolução da Administração Pública Brasileira é marcada por reveses, mudanças de rotas e períodos de completa inércia. Outro aspecto a ser observado é que convivemos com três grandes modelos de administração: patrimonialista, burocrático-weberiano e gerencial. (Teixeira, 2021).

Os paradigmas de Keinert (1994)

Ao analisarmos a construção e evolução teórico-metodológica da Administração Pública no Brasil, bem como a possível consolidação paradigmática dessa ciência, mister se faz mencionar a obra da pesquisadora Tania Margarete Mezzomo Keinert, intitulada “Os Paradigmas da Administração Pública no Brasil (1900-92)”, publicada em 1994.

Ao tentar reconstituir a evolução enquanto campo de conhecimento da Administração Pública no Brasil, tentando responder questionamentos quanto ao conceito, consolidação enquanto ciência, paradigmas, evolução histórica e análise das produções a esse respeito, verificou-se alguns padrões que marcaram a evolução do campo, os quais a autora optou por classificar e denominar de paradigmas, delimitando 4 períodos paradigmáticos, distintos pelo contexto político, econômico e social nos quais estão inseridos, sendo eles: a) a Administração Pública como Ciência Jurídica (1900-29); b) a Administração Pública como Ciência Administrativa (1930-79); c) a Administração Pública como Ciência Política (1980-89); e d) a Administração Pública como

Administração Pública (1989-...).

A divisão proposta pela autora foi formulada a partir da periodização histórica e do contexto institucional no qual estão inseridos, dos quais emergem características específicas do campo ora analisado.

O paradigma da “Administração Pública como Ciência Jurídica” restringe a Administração Pública ao ordenamento jurídico, sendo voltada para a elaboração de leis e regulamentos que servirão de orientação para a prática e atuação no setor público. Assim, a Administração Pública se fundia com o Direito Administrativo, sendo considerada dependente deste. Ou seja, a Administração Pública era vista essencialmente como orientadora do fazer público.

Quanto ao segundo período paradigmático, intitulado “Administração Pública como Ciência Administrativa” a autora destacou a influência dos chamados “Princípios da Administração”, responsáveis pela equiparação da Administração Pública com a Administração de Empresas. Devido ao longo período de duração desse paradigma, a autora optou por dividi-lo em 3 fases.

A primeira fase, que compreendeu os anos de 1930-45, é marcada pela ideia de racionalização, sendo que o conceito de governo na época era de que “governar é administrar”, afastando o componente político. Foi nesse período que foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP – 1938), caracterizado pela profissionalização do funcionalismo público, sistema de ingresso competitivo e critérios de promoção por merecimento, bem como a centralização das atividades relacionadas a pessoal, material, orçamento, organização e métodos.

A segunda fase (1946-64) voltou-se para a Administração para o desenvolvimento. Sua implantação ocorreu através dos projetos de cooperação internacional, influenciando os estudos de Administração Pública, sendo resultados dos acordos internacionais a criação das escolas de Administração no Brasil. Esse é o momento no qual a Administração começa a adquirir status de campo de conhecimento, caracterizado pelo aumento na produção de textos de caráter teórico-conceitual e presença marcante de traduções, importações destinadas a auxiliar na sua estruturação. É a partir desse período que o país passa a dispor de um corpo de técnicos e estudiosos capazes de gerar uma

sofisticação na produção de conhecimento em Administração.

A terceira e última fase (1965-79) é caracterizada pelo intervencionismo estatal, momento no qual o Estado gera o crescimento da máquina governamental para aumentar sua capacidade de intervenção, centralização e controle, características típicas de governo ditatorial que estava no poder. Foi um período também marcado pela associação da Administração Pública com a gestão empresarial, sendo as empresas estatais brasileiras dirigidas pela vertente da competência e racionalidade técnica. O legado desta fase foi o Decreto-Lei nº 200/67, que formulou as diretrizes da reforma administrativa do governo militar. Assim, chegou ao fim um período marcado pelo tecnicismo, neutralidade dos Princípios da Administração, e separação dicotômica entre Administração e Política.

O terceiro paradigma da classificação de Keinert, refere-se à Administração Pública como Ciência Política. Este paradigma surge num contexto de crise econômica e social, sendo que o conceito de desenvolvimento vai ganhando espaço no ensino e pesquisa em Administração Pública. Assim, a produção teórica passa a ganhar forte contribuição da Ciência Política, desvincilhando-se do enfoque administrativo. É um período de predominância da política sobre a gestão.

O quarto e último paradigma, surge do fortalecimento do conceito de cidadania e cultura democrática, sendo caracterizado pela redução do tamanho do Estado, descentralização do poder, participação comunitária através do fortalecimento da instância local e formas alternativas de gestão. Sendo esse um paradigma emergente, cabe a ele a consolidação das mudanças ocorridas nos últimos anos, sendo o responsável pela democratização da informação e do envolvimento da população na gestão pública.

Alguns conceitos já formulados

Ao debruçarmos sobre a produção científica da Administração Pública, verificamos que, embora não exista um conceito homogêneo, alguns pesquisadores já dedicaram-se à conceituação desse campo, realizando contribuições para a sua consolidação, bem como de suas

bases metodológico e epistemológicas, vejamos.

Para José Matias-Pereira (2010), *ipsis litteris*, o conceito de Administração Pública é amplo e complexo. A ausência de uma definição clara e consistente do termo Administração Pública decorre da diversidade de sentidos da própria expressão, quer pelos diferentes campos por meio dos quais se desenvolve a atividade administrativa. Em que pese essas limitações, pode-se argumentar que a Administração Pública, num sentido amplo, designa o conjunto de serviços e entidades incumbidos de concretizar as atividades administrativas, ou seja, da execução das decisões políticas e legislativas. Assim, a Administração Pública tem como propósito a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade no âmbito dos três níveis de governo: federal, estadual ou municipal, segundo preceitos de Direito e da Moral, visando o bem comum.

Em sua obra, também são abordados os conceitos formulados por outros autores. Como por Waldo (1971, p. 6, apud Matias-Pereira, 2010), no primeiro capítulo do seu livro *O estudo da Administração Pública*, publicado em 1955, na ânsia de responder à pergunta: o que é Administração Pública? assinala que: "(i). Administração pública são a organização e a gerência de homens e materiais para a consecução dos propósitos de um governo; (ii). Administração pública são a arte e a ciência das gerências aplicadas aos negócios de Estado."

Harmon e Mayer (1999, p. 34, apud Matias-Pereira, 2010) sustentam que "a Administração Pública é a ocupação de todos aqueles que atuam em nome do povo – em nome da sociedade, que delega de forma legal - e cujas ações têm consequências para os indivíduos e os grupos sociais"

Norberto Bobbio define (1998, p. 10, apud Matias-Pereira, 2010) que: "Em seu sentido mais abrangente, a expressão Administração Pública designa o conjunto das atividades diretamente destinadas à execução das tarefas ou incumbências consideradas de interesse público ou comum, numa coletividade ou numa organização estatal."

A Administração Pública, para De Plácido e Silva (2000, apud Matias-Pereira, 2010), em seu sentido amplo, é uma das manifestações do Poder Público na gestão ou execução de atos ou de negócios

políticos. Isto se daria de forma tal que a Administração Pública se confundiria com a própria função política do poder público, expressando um sentido de governo que se entrelaçaria com o da Administração.

Apesar de apresentar alguma diferença ao conceito acima, Denhardt (2015, p. 23) afirma que a “administração pública está interessada na gestão de processos de mudança que visam lograr valores societários publicamente definidos”. Contudo, como identificado por Paes de Paula (2005, p. 81) “tende a manter a dicotomia entre administração e a política, pois não transportou a dimensão sociopolítica do discurso para a prática”.

Ainda que introdutório, o resgate de alguns conceitos evidencia a pluralidade do campo. Observamos ainda, que alguns autores que se debruçam sobre a crítica da Administração Pública não foram abordados, como Guerreiro Ramos, Maurício Tragtenberg e outros. No próximo subtópico apresentamos a ausência teórico-metodológica do campo de Administração Pública.

3. 2 - A incipiência teórico-metodológica do campo de Administração Pública

A Administração Pública, representada tanto pelo papel do Estado na sociedade quanto pelos pesquisadores e produtores de conhecimento deste campo, tem como objetivo se consolidar enquanto um campo de conhecimento científico, dotado de finalidade e objetividade, estruturado com bases teórico-metodológicas sólidas, construídas a partir da consolidação do Ato Epistemológico do campo.

Ocorre que, mesmo sendo uma ciência presente desde as primeiras formações do Estado, que perpassa a vida de todos aqueles que convivem em sociedade, ainda há uma forte incipiência metodológica, que resulta em grande dificuldade para aqueles que pretendem se debruçar sobre os conceitos e objetos da Administração Pública. Dessa forma, estudar um campo que não possui sua base teórico-metodológica consolidada tem como consequência o excesso de ramificações de vertentes de estudos, não havendo um propósito comum, limitando a construção e consolidação paradigmática.

Ao analisarmos as produções em Administração Pública verificamos que poucos são os trabalhos voltados para a discussão de

conceitos, objeto e métodos, sendo que a grande maioria se dedica a analisar situações concretas dentro do serviço público, de modo que o empenho intelectual para criar bases epistemológicas que pudessem colocá-la como campo científico ainda é incipiente, causando uma forte carência teórico-metodológica.

Assim, aprofundar a apreensão dos conceitos e estruturar as bases teórico-metodológicas no campo da Administração Pública são os objetivos principais deste artigo, proporcionando uma discussão epistemológica, na busca de apreender o conceito, objeto e método desse campo do conhecimento, com objetivo de dar cientificidade e autonomia à Administração Pública enquanto campo próprio do conhecimento, saindo da sombra da Administração, não sendo mais uma subárea dentro dessa.

A Administração Pública é uma área de estudo que ainda tem muito a se desenvolver para se consolidar como ciência. O processo de consolidação permeia sobre a forma da relação de apreender – gnosiologia – e a produção do conhecimento no seu Ato Epistemológico (Faria, 2022). Defendemos aqui, que o processo do conhecer e da produção do conhecimento é fetichizado pelos autores, pois

a razão aparece como a instância que permite estabelecer e delimitar a rede de conexões das coisas, como objeto do sujeito. A verdade, o ser, fica circunscrito à construção da subjetividade. A realidade é concebida sempre na dependência da subjetividade, existindo na capacidade subjetiva de percebê-la, de pensá-la. O conhecimento do sujeito sobre o real não é uma apropriação do real em sua imanência e totalidade, mas uma apresentação organizada pela razão, segundo critérios colocados, pela própria razão sobre o objeto (Ferraz, Chaves e Ferraz, 2018, p. 5)

Conforme preceitua Matias-Pereira (2008 apud Duarte & Zouain, 2020), o próprio conceito de Administração Pública é considerado amplo, complexo e sem uma definição clara e consistente, o que pode acarretar desvio de foco nos estudos sobre o tema.

Ao fazermos a presente análise bibliográfica, deparamos com a interdisciplinaridade do campo da Administração Pública, o que aumenta a capacidade do seu potencial teórico-empírico, tornando-se

um campo com amplo espaço para reflexão, debate e produção de novos problemas de pesquisa. As diferentes ciências sociais que circundam o campo da AP trazem grande contribuição conceitual e metodológica, conferindo heterogeneidade e vigor teórico, tanto quanto causando contrastes e tensões que fazem o campo vicejar (Bergue, 2021).

Entretanto, ao voltarmos nosso olhar para a Administração Pública, o que encontramos é uma preocupação com a sociedade, com apreender e modificar a realidade social, formular políticas públicas, apreender o papel do administrador público, gestão e serviço público, noções de ética, responsabilidade social, transparência e democracia, por exemplo. Entretanto, esses temas são abordados de forma descompromissada com o cerne da Administração Pública, não preocupando-se com seu método, conceito e objeto.

Desta forma, a Administração Pública não deve ser reduzida ao serviço e gestão pública, voltando-se exclusivamente para a máquina pública personificada em seus órgãos, com trabalhos de viés utilitarista, pouco preocupados com a construção teórico-metodológica do campo. A partir dessa conclusão teórica, o próximo tópico se debruça sobre os resultados da pesquisa.

4- RESULTADOS

Neste artigo optamos por analisar as publicações do então Tema 09 de Administração Pública dos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022, do EnANPAD, período a partir do qual o Tema passou a ser intitulado de “Ontologias, Epistemologias, Teorias e Metodologias em Administração Pública”.

Verificamos o baixo índice de publicações, especialmente nos primeiros anos selecionados, porém contando com o aumento gradual, sendo 3 publicações em 2019, 5 em 2020 e, em 2021, o maior número, com crescimento exponencial, contando com 10 publicações, 9 publicações em 2022, resultando na análise do total de 27 artigos.

Com escassa discussão teórica, apenas na edição de 2020 verificamos produções que abordam a Administração Pública com enfoque teórico-metodológico do campo, através de seu panorama no

Brasil bem como seu desenvolvimento e possível consolidação paradigmática, sendo elas: “O Desenvolvimento do Campo de Administração Pública: Análise Paradigmática dos Estudos no Brasil” e “Panorama do Campo da Administração Política no Brasil”,

Nas publicações da edição de 2022 contamos com apenas um artigo voltado para a discussão de base teórico-metodológica da Administração Pública. A produção “O uso da fenomenologia nos estudos do campo da Administração Pública” embora não adentre na discussão paradigmática do campo, contribui para o debate teórico do mesmo, sendo uma exceção as demais produções, com enfoque utilitarista.

Ainda, há forte presença da característica interdisciplinar da Administração Pública nos artigos analisados, especialmente da Economia e da Filosofia. Entretanto, apenas 2 produções utilizaram dessas ciências para produzir conhecimento no campo da Administração Pública.

Na produção intitulada “Inserção de Economistas no Campo de Públicas no Brasil: Trajetória Acadêmica, Ensino e Pesquisa”, publicada na edição de 2021, é analisada a atuação de Economistas na área de Administração Pública, bem como comprovou-se a massiva atuação de profissionais interdisciplinares, ou seja, aqueles que não possuem formação exclusiva em Economia tampouco atuam exclusivamente nos cursos de Economia, lecionando disciplinas em outras áreas do conhecimento. Ainda, as disciplinas econômicas fazem parte do curso de Administração Pública no Brasil, especialmente ao abordar o planejamento e desenvolvimento econômico.

Quanto à convergência com o campo da Filosofia, destacamos uma publicação em particular, intitulada “Contribuições da Filosofia para o Estudo da Administração Pública: uma Abordagem à Luz do Fazer Filosófico”, também da edição de 2021. Assim, verificamos a importância do pensar filosófico em Administração Pública.

As demais publicações, embora enriquecedoras para o campo e propulsoras de grande conhecimento e árduo trabalho acadêmico, enfrentaram a Administração Pública na prática, aplicando os conceitos já dominados à realidade do dia a dia, as suas diversas aplicações no

setor, órgãos, serviço e gestão pública. Voltados para os estudos de corrupção, políticas públicas, cultura organizacional, capacidade estatal, accountability, dentre outros, não verificamos o aprofundamento teórico-metodológico como contribuição para a consolidação paradigmática da Administração Pública, confirmando a hipótese inicialmente formulada de carência nas produções voltadas para a sua ontologia, epistemologia e metodologia.

Assim, entendemos que o administrador público formado dentro do novo paradigma precisa ser um administrador "completo", capaz de analisar as modalidades de funcionamento das instituições públicas, enquanto organizações que se encontram em contextos regidos por lógicas diferentes daquelas do mercado. Para tanto, a educação em Administração Pública precisa desenvolver algumas habilidades específicas que distingam o administrador público enquanto tal e que o capacitem a desenvolver tecnologias apropriadas. O desenvolvimento destas habilidades contribuirá para a adequação do ensino à evolução do campo de conhecimento em Administração Pública e às necessidades atuais da sociedade brasileira (Keinert, 1994).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo almejou contribuir para o debate acadêmico sobre a Administração Pública, analisando o desenvolvimento do campo ao longo da história, bem como a sua independência enquanto uma ciência autônoma, em busca de uma possível consolidação paradigmática. Embora tenhamos optado por restringir a análise das produções do EnANPAD dos últimos 4 anos, a pesquisa se estendeu debruçando-se sobre pesquisadores que são referência no campo, o que possibilitou questionamentos e reflexões acerca do desenvolvimento e consolidação da Administração Pública no Brasil, dentre os diversos contextos político, social e acadêmico nos quais está inserida.

Ao analisarmos a trajetória paradigmática da Administração Pública proposta por Keinert (1994), verificamos que a partir da década de 90 havia um paradigma emergente, voltado para o interesse público, mais preocupado com a sociedade do que com o Estado em si, baseado

em uma visão de público enquanto espaço institucional complexo, mais amplo que o estatal. Neste sentido, ao se pesquisar o assunto por meio de artigos científicos analisados, não foi possível afirmar a consolidação desse paradigma.

A partir dos 27 artigos analisados, verificamos a incipiência das produções voltadas para a base teórico-metodológica da Administração Pública, não havendo tendência de crescimento dos estudos baseados no paradigma da Administração Pública. Embora ao longo dos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022 tenha havido aumento no número de publicações do Tema 09, esse aumento não foi verificado quanto ao número de publicações voltadas para os aspectos da ontologia, epistemologia e metodologia, para além das aplicações práticas do campo de Administração Pública.

Assim, o que verificamos foi uma extensa variedade de assuntos abordados, trazendo o paradoxo da escassa pesquisa de cunho sistemático, voltada para a formulação e discussão de conceitos, teorias ou objetos de pesquisa, sendo que essa ausência de discussão e aprofundamento teóricos mais efetivos limitam o fortalecimento do campo. Ainda, não se alcançou com precisão o conceito da Administração Pública, capaz de ser utilizado como modelo teórico analítico.

A tendência dos estudos da Administração Pública está voltada para a análise do setor público, por meio dos seus órgãos e modelos de gestão, utilizando de conceitos secundários como objeto de pesquisa, explicitando uma carência de definições, conceitos e delimitação de objeto. Esta realidade mostra como ainda se faz necessária uma maior construção teórica do campo, definições e métodos mais precisos, capazes de alcançar a consolidação paradigmática da Administração Pública enquanto uma ciência autônoma, com conceitos, métodos e objetos próprios.

Assim, há uma gama de possibilidades para aqueles que desejam debruçar-se sobre o debate teórico da Administração Pública, contribuindo para a sua consolidação paradigmática, produzindo pesquisa e conhecimento para além do caráter meramente utilitarista.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. V. S; SANTANA, E. G. F; BARBOSA, C. R. Panorama do Campo da Administração Política no Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 44., 2020, on-line. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2020. Disponível em: http://anpad.com.br/pt_br/index. Acesso em: 25 jan. 2023.

ARAÚJO, T. H. A. de; PERIA, P. V. G.; POZZEBON, M. Decolonizar as políticas públicas através de uma virada argumentativa outra: lições a partir de um mandato indígena no legislativo brasileiro. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 46., 2022, on-line. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2022. Disponível em: <http://www.anpad.org.br>. Acesso em: 15 maio 2023.

BACHTOLD, C. Noções de Administração Pública. Cuiabá: EdUFMT; Curitiba: UFPR, 2008.

BATISTA, A. P.; CRUZ, C. F. da; OHAYON, P.; SANTOS, O. M. dos. Articulando perspectivas teóricas e metodológicas aplicáveis à resiliência financeira governamental. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 46., 2022, on-line. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2022. Disponível em: <http://www.anpad.org.br>. Acesso em: 15 maio 2023.

BERGUE, S. T. Contribuições da Filosofia para o Estudo da Administração Pública: uma Abordagem à Luz do Fazer Filosófico. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 45., 2021, on-line. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2021. Disponível em: http://anpad.com.br/pt_br/index. Acesso em: 25 jan. 2023.

BERGUE, S. T. Governança pública e códigos de ética: o que pode dizer a filosofia? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 45., 2021, on-line. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2021. Disponível em: http://anpad.com.br/pt_br/index. Acesso em: 25 jan. 2023.

CARNEIRO, L. M; COSTA, M. C. O que apontam os estudos sobre ciclos políticos-orçamentários? Revisão sistemática a partir da literatura internacional. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 43., 2019, São Paulo. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2019. Disponível em: http://anpad.com.br/pt_br/index. Acesso em: 25 jan. 2023.

COSTA, E. J. M. A Teoria das Instituições e da Mudança Institucional de Douglass North: Cultura, Estado e Trajetória Dependente. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

ADMINISTRAÇÃO, 43., 2019, São Paulo. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2019. Disponível em: http://anpad.com.br/pt_br/index. Acesso em: 25 jan. 2023.

CUNHA, E. P. Capacidades Estatais para Administração Política: Proposta Analítica Fundamentada na Ontologia Materialista. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 45., 2021, on-line. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2021. Disponível em: http://anpad.com.br/pt_br/index. Acesso em: 25 jan. 2023.

CUNHA, E. P. Centralidade da Gestão do Estado como Limite da Razão Política ou para uma Crítica da Administração Política. REAd – Revista Eletrônica de Administração, v. 25, n. 2, 150-178, 2019.

DANDREA, E. R; Souza, J. T. Cultura Organizacional e Semiótica: uma Análise de Signos do Decreto nº 9203/2017 na PRF. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 45., 2021, on-line. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2021. Disponível em: http://anpad.com.br/pt_br/index. Acesso em: 25 jan. 2023.

DENHARDT, R. B. Teorias da Administração Pública. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

DUARTE, A. L. F; ZOUAIN, D. M. O Desenvolvimento do Campo de Administração Pública: Análise Paradigmática dos Estudos no Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 44., 2020, on-line. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2020. Disponível em: http://anpad.com.br/pt_br/index. Acesso em: 25 jan. 2023.

FARIA, J. H. de. Introdução à Epistemologia: dimensões do ato epistemológico. Jundiaí: Paco, 2022.

FERRAZ, D. L. DA S., CHAVES, R. H. S., & FERRAZ, J. DE M. Para além da Epistemologia: reflexões necessárias para o desenvolvimento do conhecimento. Revista Eletrônica De Administração, v. 24, n. 2, pp. 1–30, 2018. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/read/article/view/80474>

FLORES, A. J. Teorias da Administração Pública. Florianópolis: UFSC; Brasília: Capes, 2016.

FREITAS, R. U. C. de; ZUCATTO, L. C.; BECKER, K.L. Formação da agenda de políticas públicas: uma síntese metodológica das publicações em bases nacionais e internacionais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 46., 2022, on-line. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2022. Disponível em: <http://www.anpad.org.br>. Acesso em: 15 maio 2023.

FUEL, T. H. Ubuntu no serviço público? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 45., 2021, on-line. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-

Graduação e Pesquisa em Administração, 2021. Disponível em: http://anpad.com.br/pt_br/index. Acesso em: 25 jan. 2023.

GARCIA, L. M; MAURY, P. M. Modelagem Quali-Quantitativa para Compreensão e Dimensionamento da Corrupção Sistêmica, por meio de Análise Relacional do Campo de Poder. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 44., 2020, on-line. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2020. Disponível em: http://anpad.com.br/pt_br/index. Acesso em: 25 jan. 2023.

GUIMARÃES, A. V. P. S; DOURADO, L. P; FLORENCIO, C. H. S; FARIA, M. D. As Epistemologias do Sul e Administração Pública: Opressões e Exclusões Abissais na Formação de Administradores Públicos. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 45., 2021, on-line. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2021. Disponível em: http://anpad.com.br/pt_br/index. Acesso em: 25 jan. 2023.

HAMERSKI, B.; PINHEIRO, D. M.; SANTOS, L. S. O uso da fenomenologia nos estudos do campo da administração pública. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 46., 2022, on-line. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2022. Disponível em: <http://www.anpad.org.br>. Acesso em: 15 maio 2023.

HANAI, J. L.; SANTOS, A. G. G. y. Discourse studies applied to policy analysis: a systematic review. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 46., 2022, on-line. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2022. Disponível em: <http://www.anpad.org.br>. Acesso em: 15 maio 2023.

HOLANDA, B. de. M.; ALVES, M. A.; XAVIER, L. B. Processos de (des)institucionalização de identidades na sociedade civil: o "desaparecimento das ongs" no Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 46., 2022, on-line. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2022. Disponível em: <http://www.anpad.org.br>. Acesso em: 15 maio 2023.

JÚNIOR, N. A. F; GAVA, R. Perspectivas de Desenvolvimento em um País Latino Americano: Uma Análise da Complexidade Econômica e o Estado Empreendedor pela Perspectiva Estruturalista. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 44., 2020, on-line. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2020. Disponível em: http://anpad.com.br/pt_br/index. Acesso em: 25 jan. 2023.

KEINERT, T. M. M. Os Paradigmas da Administração Pública no Brasil (1900-92). Revista de Administração de Empresas – RAE. São Paulo, v. 34, n. 3, p. 41-48, 1994.

MACÊDO, N. M. M. N. de; CAVALCANTE, E. D. C.; MOURA, E. O. de. A

corrupção pelas lentes da prática: o mensalão como organizing. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 46., 2022, on-line. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2022. Disponível em: <http://www.anpad.org.br>. Acesso em: 15 maio 2023.

MATIAS-PEREIRA, J. Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, H. S; FORTE, S. H. A. C. Influência da Corrupção Percebida na Legitimidade das Ações Públicas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 43., 2019, São Paulo. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2019. Disponível em: http://anpad.com.br/pt_br/index. Acesso em: 25 jan. 2023.

OZAKI, M. T.; FREIRE, R.; NASCIMENTO, J. R. do; PEREIRA, A. N. Quando o superego financeiro alavanca o ID municipal tributário-orçamentário: investigação bibliométrica do programa de modernização tributária (PMAT) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 46., 2022, on-line. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2022. Disponível em: <http://www.anpad.org.br>. Acesso em: 15 maio 2023.

PAES DE PAULA, A. P. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PEREZ, M. A. A Administração Pública Democrática: institutos de participação popular na administração pública. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

PERIA, P.V.G.P. Políticas Públicas, Discursos e Vozes: Contribuições do Interpretativismo e da Abordagem da Ação pública. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 45., 2021, on-line. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2021. Disponível em: http://anpad.com.br/pt_br/index. Acesso em: 25 jan. 2023.

PORTELLA, B. C. Interface Entre Análise e Avaliação de Políticas Públicas: Um Caminho Entre a Quarta Geração de Avaliação e a Filosofia da Ciência. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 45., 2021, on-line. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2021. Disponível em: http://anpad.com.br/pt_br/index. Acesso em: 25 jan. 2023.

SANTOS, L. S; SERAFIM, M. C. Dilemas morais como tensão existencial ética: uma análise da gestão pública de riscos e desastres à luz da abordagem da racionalidade nas organizações. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 44., 2020, on-line. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2020. Disponível em: http://anpad.com.br/pt_br/index. Acesso em: 25 jan. 2023.

Santos, R. S; Ribeiro, E.M; Santos, T. C. S. Bases Teórico- Metodológicas da Administração Política. Revista de Administração Pública – RAP. Rio de Janeiro. 43 (4): 919-41, 2009.

SILVA, J. L. Potenciais e Limites da Análise de Discurso Crítica em Administração Pública: Rompendo com a Afirmação do Óbvio. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 45., 2021, on-line. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2021. Disponível em: http://anpad.com.br/pt_br/index. Acesso em: 25 jan. 2023.

TEIXEIRA, L. R. Administração Pública Brasileira. Brasília: PNAP; Recife: UPE/NEAD, 2021.

VALENTIN, A; MOUNTIAN, A. G; MACHADO, J. G. R. Inserção de Economistas no Campo de Públicas no Brasil: Trajetória Acadêmica, Ensino e Pesquisa. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 45., 2021, on-line. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2021. Disponível em: http://anpad.com.br/pt_br/index. Acesso em: 25 jan. 2023.

VERÍSSIMO, T.; HOFFMANN, M.G. O pragmatismo e a teoria institucional nos estudos de inovação do setor público no contexto do poder judiciário. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 46., 2022, on-line. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2022. Disponível em: <http://www.anpad.org.br>. Acesso em: 15 maio 2023.